



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

3 — POLÍTICA INTERNACIONAL

RIO DE JANEIRO, 31 DE JULHO DE 1964

NA SOLENIDADE DE ENTREGA DE DIPLOMAS AOS ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O CURSO ESPECIAL DO CONCURSO DE PROVAS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA.

É para mim uma grata satisfação comparecer à vossa formatura, justamente quando o Instituto Rio Branco, idealizado para celebrar o centenário do grande Chanceler, vai completar vinte anos. Concebido para estruturar a carreira diplomática em bases que assentassem exclusivamente no mérito, êste curso tem logrado, realmente, mostrar-se à altura do seu patrono, que é também o patrono do Itamarati.

Bem sabeis o homem extraordinário, o patriota sem jaça, que foi o segundo Rio Branco, tão grande que sôbre a sua figura não vemos a sombra paterna. Por isso mesmo, para dignamente representar o Brasil no estrangeiro, não necessitais mais do que terdes sempre presentes os ensinamentos que êle nos legou e nos quais não sabemos o que mais admirar — se o respeito pelas tradições da diplomacia imperial, tão cheia de serviços na paz e na guerra; se os sentimentos de brasilidade, jamais esmaecidos por uma longa existência vivida no estrangeiro; se a devoção a tudo quanto dissesse respeito a uma grandeza atualizada da nacionalidade.

Sôbre êsses pilares assentariam as vitórias e a glória do incomparável Ministro das Relações Exteriores. E isso já é bastante para compreendermos que, embora fortalecidos por algumas virtudes inatas, os seus triunfos estão bem longe do improvisado. Chegando ao Ministério já à beira dos sessenta anos, Rio Branco como que passara tôda a vida a preparar-se para receber o

convite do Presidente Rodrigues Alves. Para êle os problemas nacionais não tinham segredo.

Embora fiel às tradições, tão fiel quanto seria às boas maneiras ou às etiquetas, que foram bem rígidas durante o decênio em que dirigiu o Itamarati, o Barão do Rio Branco teve a nítida visão de que uma nova era se abria para os diplomatas. Êstes não poderiam ser apenas os homens bem educados ou hábeis. Deveriam ser também os servidores mais preparados, mais capazes, a fim de poderem bem desempenhar o papel que lhes está reservado, não apenas na vida e nos interesses das nações, mas quiçá nos destinos da humanidade.

Para a sua presença entre vós, não bastaria aquela dedicação sem par e que faz com que, ainda hoje, volvido meio século, tenhamos a impressão de que permanece nesta Casa, onde viveu e morreu. O que o torna imortal, símbolo da nossa diplomacia, é a sua ação. São os tratados que negociou, todos êles concebidos dentro de um completo e exato conhecimento das necessidades nacionais. À visão do estadista houve que associar os conhecimentos do estudioso e do erudito.

Daí o sentido político e também econômico que emerge das negociações por êle conduzidas, e que permanecem como tema de ensinamentos para os jovens diplomatas.

Na realidade, talvez nenhuma profissão exija, de modo tão cabal quanto a vossa, profunda intimidade com os múltiplos problemas da Nação. Foi com êsse espírito que se fundou e organizou êste Instituto, sôbre o qual paira aquêle espírito de brasilidade que jamais se separou do Barão do Rio Branco. Por isso, também, tereis justo orgulho da tradição que deveis conservar e aperfeiçoar, adaptando a vossa ação às exigências contemporâneas, que estão a reclamar de cada um de vós uma imensa tarefa. Acima de tudo, para poderdes bem cumprir o compromisso que assumis ao receber o vosso diploma, e que é o de servir ao Brasil, cumpre-vos possuir completo conhecimento dos objetivos de nossa política externa. Isso é indispensável para a representação do País no estrangeiro e nas assembléias internacionais. Até porque, e disso podeis tomar nota, ides viver num mundo que é cada

vez menor e, por isso mesmo, exige uma diplomacia cada vez maior.

Eu vos trago os elementos básicos do que o Brasil promove através do Itamarati. E vereis que a conduta diplomática não pode ser uma finalidade, nem uma ação rotineira confinada nas vossas repartições, e sim um dos grandes meios operacionais do País para a conquista dos objetivos nacionais.

A formulação de nossa política externa, norteadada pelos objetivos nacionais, busca também o robustecimento do poder nacional e, em particular, o dos instrumentos que nos permitam alcançar o pleno desenvolvimento econômico e social. Além desses objetivos, visamos a outro que os condiciona: a existência de paz mundial.

A consistência entre todos os objetivos nacionais pode ocorrer se houver autodeterminação. Esta será um instrumento para a paz interna e mundial, se todos os grupos humanos capazes de participarem de um desígnio nacional, por volição consciente, tiverem oportunidade de executá-lo sem interferência externa, qualquer que seja sua posição geográfica em relação aos atuais centros de poder e ideologia. A sua legitimidade se origina nos pronunciamentos eleitorais do povo e no voto de seus representantes.

Associamos a não-intervenção à autodeterminação, e aí encontramos o direito de cada país viver soberanamente, sem a interferência de particulares interesses estrangeiros ou de domínio de ideologia.

Para perseguir os objetivos nacionais eram preconizadas duas opções como compatíveis com a preservação e expansão da autodeterminação brasileira: uma política de independência ou uma posição neutralista.

A expressão «política de independência» tem sido deturpada e perdeu utilidade descritiva. Foi apresentada como inelutável inovação, ignorando que o conceito de independência só é operacional dentro de determinadas condicionantes práticas.

É um objetivo e não um método. No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio de posição

político-ideológica entre os dois centros de poder, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político.

Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poderá defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder. A defesa tem que ser essencialmente associativa.

Similarmente, no campo econômico, o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio, mas sobretudo no tocante a investimentos.

A independência é, portanto, um valor terminal. Instrumentalmente, é necessário reconhecer um certo grau de interdependência, que não é necessário levar ao ponto de cercear contatos comerciais e financeiros com países de diferentes sistemas político e econômico.

No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Dentro dessa condicionante geral, a nossa independência se manifestara na aferição de cada problema específico, estritamente em termos de interesse nacional, com margem de aproximação comercial, técnica e financeira com países socialistas, desde que estes não procurem invadir nossa opção básica.

Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto, nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências — nem mesmo às potências guardiãs do mundo ocidental, pois que, na política externa destas, é necessário distinguir os interesses básicos da preservação do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência.

Em resumo, a política exterior é independente, no sentido de que independente deve ser, por força, a política de um país soberano. Política exterior independente, no mundo que se caracteriza cada vez mais pela interdependência dos problemas e dos interesses, significa que o Brasil deve ter seu próprio pensamento

e sua própria ação. Esse pensamento e essa ação não serão subordinados a nenhum interesse estranho ao do Brasil. O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o interesse da América Latina, do Continente Americano e da comunidade ocidental. Sendo independente, não teremos medo de ser solidários. E, dentro da independência e da solidariedade, a política exterior será ativa, atual e adaptada às condições do nosso tempo e aos problemas de nossos dias. Será a política externa da Revolução.

O neutralismo assume alguma ou todas as seguintes feições:

1º) passividade, desaconselhável para um país de possibilidade e objetivos fundamentalmente ativos, como é o caso do Brasil;

2º) indeterminação de política interna e de sistemas econômicos, passando a organização nacional a perder nitidez, no esforço de evitar alinhamentos com um ou outro dos sistemas políticos, daí resultando uma híbrida ineficiência;

3º) Emotividade imatura, fundada no ressentimento, justificado ou não, para com as antigas nações colonizadoras;

4º) extorsão internacional de recursos dos dois contendores da guerra fria, com êxito variável e recíproco;

5º) fuga da realidade internacional, por medo dos perigos nela implícitos.

Todas essas considerações tornam o «neutralismo convencional» uma política não condizente com a opção brasileira.

A política externa brasileira tem, não raro, exibido indeterminação, em virtude do caráter irresoluto de certos dilemas: nacionalismo *versus* interdependência; negociação bilateral *versus* a multilateral; socialismo *versus* livre iniciativa.

Em vários períodos, nos últimos anos, o nacionalismo se agravou internamente, criando contradições em nossa política externa. Exemplo disso são os nossos contínuos protestos, no plano externo, contra a insuficiência de auxílio estrangeiro e dos investimentos de capital e, no plano interno, a adoção de atitudes restritivas e

hostis ao capital estrangeiro. É verdade que se buscava sempre um esforço de conciliação, condenando-se os capitais de risco e aceitando-se os de investimento. Entretanto, a opção é não só tècnicamente discutível como, sobretudo, irreal, porque não está em nossas mãos ordenar as disponibilidades de capital internacional, segundo nossas preferências.

Mais recentemente, o nacionalismo deturpou-se a ponto de se tornar opção disfarçada em favor dos sistemas socialistas, cujas possibilidades de comércio conosco e capacidade de inversão na América Latina foram sobrestimadas. A política exterior tornou-se, desde então, confusa e ziguezagueante, refletindo essas tensões internas.

A opção entre a negociação bilateral *versus* a multilateral se tem colocado várias vezes em nossa política externa, freqüentemente com caráter reflexo. O primeiro caso nos leva a explorar a nossa posição-chave — demográfica e estratégica, já caracterizada pela época da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A doutrina foi abandonada em busca do movimento multilateral da Operação Panamericana. O surgimento da Aliança para o Progresso nos encontrou arredios, se não mesmo infensos à idéia de desenvolvimento democrático latino-americano sob a égide da segurança continental. A opção tem, assim, variado no curso do tempo. E, sem dúvida, é de admitir-se que, dentro de tão necessário órgão propulsor do desenvolvimento econômico da América Latina, o Brasil tenha, por títulos que lhe são peculiares, uma especial posição. É recomenda que, além de acelerar a execução de seu programa, evite o predomínio do assistencialismo e concentre grandes esforços no apoio ao desenvolvimento, pela consolidação da infraestrutura de cada uma das nações.

Por sua vez, as pressões internas em favor do estatismo e nacionalização têm tido repercussão na política externa, criando áreas de atrito. É o caso, por exemplo, das encampações de concessionárias de serviços públicos, da política semimonopolista de minérios, assim como dos desestímulos aos capitais estrangeiros. Isso impõe rápidas, e por vezes difíceis, mudanças de linha em nossa política externa, a qual passa periódicamente de uma atitude

de entusiástico apêlo à cooperação de capitais estrangeiros para uma atitude de reserva, se não mesmo de hostilidade. O Brasil trata de enveredar pela política da livre emprêsa e de acolhimento ordenado do capital estrangeiro.

Na base da compreensão dêsses aspectos essenciais que o Go-vêrno já estabeleceu para a política nacional, a política externa, em completa associação com a interna, tem objetivos atualizados que se enquadram nos objetivos nacionais. Constituem um contexto de ações táticas decorrentes da estratégia nacional.

A nossa política externa tem, por sua vez, os seus próprios objetivos. A diplomacia deve ser também um instrumento para carrear recursos para o nosso *desenvolvimento econômico e social*, como meio de fortalecimento do poder nacional.

Essa ação da política externa pode exercer-se, então, no plano de investimentos e financiamentos, mantendo-se continua pressão para que êstes aumentem em volume e sejam dados em condições mais flexíveis; e no plano do comércio externo, obtendo-se cooperação internacional, para a estabilização do preço de nossos produtos de exportação, para a montagem de mecanismos de financiamento compensatório, em caso de declínio dos preços dêsses produtos, e, finalmente, para abrir novos mercados.

O *desarmamento* das grandes potências nos interessa como contribuição à paz mundial e para liberar recursos que possam ser utilizados no desenvolvimento econômico de muitas regiões do mundo. A fim de ser realista, nossa política deve reconhecer a impossibilidade de solução rápida do problema, em virtude das tensões ainda existentes e da necessidade de vincular o ritmo do desarmamento a sistemas adequados de contrôle e inspeção internacional, tendo em vista persistir ainda, apesar do impasse nuclear, uma vocação expansionista do movimento comunista mundial.

O *anticolonialismo* assenta tanto em razões filosóficas ou morais como pragmáticas. Deve ser encarado como instrumento para a preservação da paz, face à inevitável ocorrência de guerras de liberação, enquanto persistir o sistema colonial; como instrumento também auxiliar do desenvolvimento brasileiro, pela extinção

de situações de exploração econômica de certas matérias-primas pelas metrópoles, colocando-nos em desvantagem no mercado mundial. É ainda um método para a garantia de nosso poder econômico, de vez que, combatendo, por princípio, ingerências na vida de outros povos, contribuimos para afastar de nossa própria vida ingerências possíveis. Entretanto, nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer, nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente.

O Governo atribui, politicamente, particular importância à integração latino-americana. Procurará estreitar, em todos os campos, as relações com todos os países, pelo aperfeiçoamento da convivência econômica e cultural. No que diz respeito aos países limítrofes, esforçar-se-á em aumentar seus sistemas de comunicações e de transportes, de tal modo que as fronteiras possam passar a unir-nos efetivamente. Empenhar-se-á em tornar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio um instrumento eficiente de incremento nas trocas entre os países americanos. O Governo brasileiro mantém a tradicional adesão do País aos sentimentos e ideais do panamericanismo. Considera de seu dever fortalecer por todos os meios a Organização dos Estados Americanos, sustentando os princípios básicos da coesão continental e procurando fazer com que se restaure a unidade democrática do Continente. Não foi outra a atitude do Brasil na Reunião de Consulta que se acaba de realizar em Washington, na qual nossa Delegação, com eficiência e brilho, retomou nossas tradições de solidariedade interamericana, contribuindo para robustecer a segurança coletiva das Américas.

Em relação aos *Estados Unidos da América*, a política externa brasileira removeu, antes de tudo, a irreconhecível doutrina de nossas posições ambíguas e, ao mesmo tempo, de postulante. Temos a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-ame-

ricana cruzam seus interesses econômicos e comerciais no plano de uma digna política e de uma amizade recíproca. As características da atual situação do Brasil coincidem com os anseios de paz do Continente e, também, com os fundamentos de segurança coletiva, tão da responsabilidade dos Estados Unidos. Para êstes, sem dúvida, é um benefício político a recuperação da plenitude da autodeterminação brasileira. O respeito mútuo e a probidade por nós levada a tódas as nossas intenções e proposições elevam o nível das relações e produzem resultados positivos. As negociações bilaterais têm tido na América do Norte o tratamento de uma nação que deseja colaborar no soerguimento de nossas finanças e economia. Na Aliança Para o Progresso, a sua ação se ativa e mostra uma política de apoio ao desenvolvimento brasileiro e dos outros países da América Latina. São relações que só podem robustecer também a posição de cada um dos dois países e a paz entre os povos. E a sua compreensão do advento do atual Governo brasileiro e da política que êste agora empreende constitui um histórico apoio ao nosso progresso e à democracia no Brasil.

Em nossas relações com a *Europa Ocidental*, vemos reunida uma tradição de influência duradoura, uma comunidade de pensamento democrático e tódas as possibilidades de uma cooperação fecunda. A Europa Ocidental logrou refazer-se das feridas da Segunda Guerra Mundial e seus povos conseguiram, pelo trabalho e pela persistência, uma invejável recuperação econômica. Nossas relações acompanham a renovação que caracteriza aquêlê continente, e de que é exemplo a Comunidade Econômica Européia. Os laços que hoje nos unem têm um significado real para o desenvolvimento brasileiro. Negociações recentemente concluídas mostram que as novas condições do Brasil são ali compreendidas e que é possível continuar e aprimorar a cooperação que já existe. Nisso pomos todo o nosso empenho. A prosperidade da Europa Ocidental não nos fêz esquecer que ainda existem ali problemas políticos muito sérios. O Brasil não é indiferente à divisão imposta ao povo alemão, ao qual não se pode negar o direito à autodeterminação.

No *Leste Europeu* encontramos Estados cuja filosofia política diverge essencialmente da nossa. Essas divergências não têm por que criar entre nós e esses países um estado de hostilidade. As relações que com eles temos, podemos mantê-las e, em certos terrenos, ampliá-las. O comércio entre o Brasil e esses países pode ser mutuamente proveitoso: estamos prontos a aumentar nossas trocas, desde que elas não sejam veículo de influências inaceitáveis.

Essa mesma ampliação de comércio desejamos com os países da *África e da Ásia*. Quanto a esta última, há a considerar a dificuldade das distâncias, mas ela não é insuperável, como o demonstram os laços que existem entre o Brasil e o Japão. Mas com a África e a Ásia não desejamos apenas comerciar.

Existem todos os elementos para uma cooperação fraternal e um entendimento amplo entre o Brasil e os povos que emergiram recentemente para a liberdade e que estão dispostos a mantê-la.

Cooperação, entendimento, harmonização de interesses — isso buscamos com todos os países e com todos os povos, respeitadas as hierarquias que o interesse nacional aconselha. Esses mesmos princípios servem de base às *Nações Unidas*. Nela participamos ativamente. Apesar das deficiências que apresentam, são as *Nações Unidas*, no mundo de hoje, o instrumento essencial para a manutenção da paz, sem a qual nenhuma realização é possível. Para atingir tais propósitos, soldados do Brasil se encontram atualmente em Gaza e estiveram no Congo, como poderão ser chamados amanhã a novas operações de paz.

Jovens diplomatas:

Pretendi dar-vos a última aula de vosso estágio no Instituto Rio Branco. Não o fiz como professor de teoria diplomática, mas como responsável pela formulação das bases da doutrina adotada para nossa política externa.

Desejo que anoteis ser esta doutrina fundamentada nos objetivos nacionais, e que êstes se inspirem na procura do bem-estar da nação brasileira. E, mais, que, entre eles, tem dominância • nosso desenvolvimento econômico.

A diplomacia sempre é conhecida por períodos de sua atuação, cada um dêles caracterizado por uma fase histórica, ou mesmo pelo nome de alguém que com saber engrandeceu o País.

Ides pertencer à diplomacia da época da Revolução brasileira, com a qual o Brasil se renova e mais se firma internacionalmente. Estareis vinculados à grandeza de uma tarefa nacional, sobretudo pelo esforço com que cada qual participará de uma nova era do Itamarati.

As missões que desempenhareis terão como substância as idéias revolucionárias e exigirão métodos adequados às mutações inelutáveis de nossa política externa.

Não é possível servir à Revolução com o bifrontismo de atitudes dissimuladas, nem com a esquivança de quem se subtrai ao dever de servir ao Brasil.

A honra do profissional do Itamarati de hoje está no vigor da fidelidade à doutrina da diplomacia da Revolução brasileira.

E, assim, sereis diplomatas de uma grande democracia.